



**INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH
BACHARELADO EM HUMANIDADES - BHU**

DINA JULCE CADIA LOPES

**EM BUSCA DE HISTÓRIA DA MULHER GUINEENSE: PERSPECTIVA
DE GÊNERO NA FORMAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DA GUINÉ-
BISSAU (1973-2018)**

ACARAPE-CE, 2021

DINA JULCE CADIA LOPES

**EM BUSCA DE HISTÓRIA DA MULHER GUINEENSE: PERSPECTIVA
DE GÊNERO NA FORMAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DA GUINÉ-
BISSAU (1973-2018)**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho

LISTA DE SIGLAS

ANP- Assembleia Nacional Popular;

IMC- Instituto de Mulher e Criança;

ONGs- Organizações Não Governamentais;

ONU- Organizações das Nações Unidas;

PAE- Programa de Ajustamento Estrutural;

PAIGC- Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde;

PIDE- Polícia Internacional e de Defesa do Estado;

PPM- Plataforma Política das Mulheres;

UDEMU- União Democrática das Mulheres de Guiné e Cabo-Verde;

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	5
2 JUSTIFICATIVA.....	7
3 DELIMITAÇÃO/PROBLEMATIZAÇÃO.....	9
4 OBJETIVOS.....	10
4.1 Objetivo geral.....	10
4.2 Objetivos específicos.....	10
5 HIPÓTESES.....	11
6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
6.1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O CONCEITO DE GÊNERO E SUA EVOLUÇÃO AO LONGO DO TEMPO NA GUINÉ-BISSAU.....	11
6.2 MULHERES NA “SOMBRA”? PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PROCESSO DE A LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL PARA INDEPENDÊNCIA DE GUINÉ-BISSAU.....	14
6.3 MULHERES NAS DIFERENTES ORGANIZAÇÕES FEMININA NA GUINÉ-BISSAU.....	19
A(s) bidera(s).....	20
<i>Abota</i>	24
6.4 UM PAÍS DE MULHERES GOVERNADO POR HOMENS: DEMOCRACIA E PROCESSO DECISÓRIO NA GUINÉ-BISSAU.....	27
7- METODOLOGIA.....	32
REFERÊNCIAS.....	33

1 APRESENTAÇÃO

A República da Guiné-Bissau é um país que se encontra na costa da África, é composta por uma parte continental e outra insular ocupando uma área total de 36.125 km². A superfície habitável é de apenas 24.800 km², tendo em conta as terras cobertas pelas inundações das marés fluviais e pelo alargamento provocado pelas chuvas regulares e periódicas. Delimita-se com a República do Senegal, ao norte, com a República da Guiné-Conakry, a leste e ao sul, e a oeste é banhada pelo Oceano Atlântico. Além da extensão da terra, “acrescenta-se ainda o arquipélago dos Bijagós¹”, contando “com mais de 80 ilhas, muitas delas desabitadas, de vegetação tropical densa”, isolado “do continente por diversos canais” (AUGEL, 2007, p. 49-50). Acrescenta Lopes (1989) *apud* Cande Monteiro (2011) que, de acordo com os dados estatísticos de 2009, a população da Guiné-Bissau estima-se num total de 1.548.159 mil habitantes. Contando com mais de trinta etnias, as mais numerosas são: Balantas (27%), Fulas (22%), Mandingas (12%), Manjacos (11%) e Papeis (10%).

A luta de libertação nacional na Guiné-Bissau contou com a participação massiva da participação das mulheres contra o sistema colonial que se instalou no país. Este fato vem demonstrando a influência exercida pelas mulheres na descolonização e as suas participações em diferentes contextos da formação social bissau-guineense. Nesta linha, Peti Gomes e Candé Monteiro (2020) asseveram que durante o período do processo da luta de libertação nacional, as mulheres estavam, ativamente, ao lado dos homens na resistência ao jugo colonial em defesa das suas condições humanas, da liberdade política, econômica, social e cultural em prol da independência da Guiné e Cabo Verde. Assim sendo, Cabral (1999) apontava que “a nossa revolução nunca será vitoriosa se não conseguirmos a plena participação das mulheres” (CABRAL, 1999 *apud* PETI GOMES; CANDE MONTEIRO, 2020, p.150).

O Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), “no seu Programa de Ação, estabeleceu a igualdade entre os homens e as mulheres na construção duma sociedade equitativa, afirmando que os homens e as mulheres gozam dos mesmos direitos na família, no trabalho e nas atividades públicas”. Se considerar o contexto cultural e sócio-político da época, estas políticas traduziram-se numa inovação no seio do partido em relação ao estatuto da Mulher na esfera pública e política (PATRÍCIA GOMES, 2017, p.73).

¹ O Arquipélago dos Bijagós faz parte da Guiné-Bissau e é constituído por várias ilhas situadas ao largo da costa africana, compondo uma área protegida, classificadas pela UNESCO em 1996 como reserva da biosfera. Esta reserva conta com uma diversificada fauna na qual se contam, entre outras espécies macacos, hipopótamos, crocodilos, aves pernaltas, tartarugas marinhas e lontras. Disponível em «https://pt.wikipedia.org/wiki/Arquip%C3%A9lago_dos_Bijag%C3%B3s». Acesso no dia 09 de julho de 2021

As mulheres guineenses foram exemplos de emancipação no contexto da luta de libertação nacional. Com o fito de reforçar a competência feminina foi criada, em Conacri, em junho de 1961, a UDEMU² - União Democrática das Mulheres da Guiné e Cabo-Verde, ainda antes do início da luta armada. A UDEMU tinha como principal tarefa a mobilização das mulheres, o seu enquadramento político no processo da luta de libertação, da participação política e socioeconômica. No prelúdio da sua existência, a UDEMU trabalhava internamente e projetou-se no plano externo através das suas relações diplomáticas com o propósito de obter os recursos financeiros para a concretização da luta (PATRÍCIA GOMES, 2017). A organização contribuiu para a efetivação dos objetivos da organização das novas instituições endógenas instaladas nas zonas libertadas, por assumirem os papéis importantíssimos durante a luta e da mobilização das outras camadas para integrarem as fileiras dos guerrilheiros.

Após a luta de independência e, conseqüentemente, a independência do país declarada em 1973, a maioria das mulheres foi relegada ao segundo plano e afastadas de cargos políticos importantes do país, este fato, faz com que as mulheres voltassem a uma posição de “subordinação”, sendo, portanto, entendidas como as mais vulneráveis em detrimento dos homens. Assim sendo, foram direcionadas para o setor aos cuidados dos filhos, da família, do trabalho doméstico e da casa (PATRÍCIA GOMES, 2016, 2017; PETI GOMES e CANDÉ MONTEIRO, 2020; IMC, 2010).

É importante salientar que as mulheres foram submetidas a várias formas de violências durante e após o período da luta colonial, em que sofreram abusos sexuais, agressões físicas e psicológicas e dentre outras práticas discriminatórias. A violência contra as mulheres deve ser denunciada e combatida para pôr fim às práticas, ou seja, as atitudes machistas que ocorrem no seio familiar das sociedades globais, sendo, igualmente, fundamental (re)pensar nas medidas de precaução que visam diminuir tais situações (IMC, 2010, VAZ, 2018).

A violência é estruturada e é estruturante das relações desiguais de gênero, devendo ser tratada como fenômeno social, política, cultural complexo, ou seja, a partir de uma análise interseccional, pois requer um conjunto de ações que vão desde a promoção e a garantia de direitos, a prevenção, a repressão dos crimes e responsabilização do agressor, a vigilância, o monitoramento, até o empoderamento das mulheres (VAZ, 2018); o empoderamento das

² No início da luta, o Partido criou a União Democrática das Mulheres da Guiné-UDEMU, mas não tínhamos quadros suficientes para manter a organização. Todas as mulheres experientes estavam nas frentes de combate, como militares, fazendo trabalho político e não podiam estar na organização. Agora que a guerra terminou, o Partido criou um Comitê formado por responsáveis quadros e militantes que deverá organizar as mulheres do Partido.”(CÁRMEN PEREIRA, in: PATRÍCIA GOMES, 2017, p.84).

mulheres deve ser pensada através da adoção das políticas de cotas que visam criar as condições necessárias para a participação ativa das mulheres na política e na tomada de decisões.

No plano político as mulheres participaram ativamente na luta contra o sistema colonial. Após a declaração da independência em 1973, o país foi governado por um partido único, o PAIGC. Um golpe de Estado militar de 14 de novembro de 1980 culminou com o derrube do regime de Luís Cabral, primeiro presidente da Guiné independente e marcou bifurcação entre os dois estados, ou seja, a idealização de um Estado Binacional (Guiné-Bissau e Cabo-Verde)³ “acabou por não ir adiante, Guiné-Bissau e Cabo Verde, não apenas cortaram relações diplomáticas, como também, entraram em profundas ditaduras. Assim, o fim do Estado Binacional significou a desestruturação da democracia em ambas as nações” (CARVALHO, 2020, p.1).

No entanto, olhando para a situação cultural e sócio-política, o país atravessou as cíclicas crises políticas, econômicas, militares e sociais, o que constitui como um obstáculo à estabilidade política no país. Numa linha análoga, percebe-se que a construção de uma “nova sociedade” com base na equidade de gênero tal como estabelecido no Programa de Ação do PAIGC, deveria ter constituído a base para edificar as estruturas do novo Estado e garantir o funcionamento das instituições com base no equilíbrio de gênero, dando deste modo a continuidade das ações iniciadas durante a luta armada (PATRÍCIA GOMES, 2017).

2 JUSTIFICATIVA

A questão do gênero na formação social guineense tem sido estudada em diferentes aspectos com vista a entender o lugar das mulheres guineenses nos espaços de tomada de decisões, sejam elas políticas, sociais e econômicas. Partindo desta perspectiva, vendo alguns e algumas colegas, empreendendo os esforços para a compreensão do assunto, partiu-me a ideia de trabalhar este tema para poder tirar as novas ilações sobre o assunto em averiguação.

Depois de algumas inquietações ligadas à formação social guineense, senti a necessidade de estudar o tema a partir de um prisma analítico endógeno. As evidências sociais e históricas demonstram que as mulheres participaram ativamente na luta contra o sistema

³ Guiné-Bissau e Cabo Verde são dois países ligados pelo processo histórico e consanguíneo. Liderados por Amílcar Cabral, na idealização do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde - PAIGGC, tinham dois propósitos político e ideológico: o primeiro que visava à luta pela independência dos dois países por meio da expulsão do colonizador português; e o segundo, era o projeto de união orgânica dos dois países em um só Estado binacional (CARVALHO, 2020, p.136).

opressor e, conseqüentemente, da proclamação da independência do país, isto é, conquistando a sua liberdade política. Mas, após a proclamação da independência, vê-se que as mulheres foram relegadas a uma posição “subordinada” nos lugares de tomada de decisões políticas.

Outrossim, as lutas dos movimentos das mulheres pós-independência, contribuíram para a mudança e a participação das mulheres nos espaços de tomada de decisões. As pressões desencadeadas pelas mulheres e outros grupos sociais fizeram com que no ano 2018 a Assembleia Nacional Popular (ANP) bissau-guineense aprovasse a lei de quota de 36% das mulheres no parlamento e no governo. Este aparato jurídico deu alicerce a uma maior representatividade das mulheres na política desde o multipartidarismo, em 1991, com a queda de IV artigo da constituição de 1984, que dava o PAIGC como a única força política e dirigente da sociedade bissau-guineense. Vale a pena dizer que mesmo com a aprovação da lei, as mulheres não chegam a 36% no parlamento e no governo, o que significa que não há uma aplicabilidade da lei (PETI GOMES e CANDÉ MONTEIRO, 2020).

O problema é complexo, pois necessita de um olhar multicausal, interdisciplinar e multidisciplinar para compreendê-lo na sua essência. Para isso, como uma mulher guineense, estudar o tema acima exposto poderá trazer contribuições importantes para a academia e a sociedade. No primeiro caso, a realização da pesquisa poderá trazer novas reflexões cosmológicas sobre o estudo, servindo como aparato teórico para as futuras pesquisas que serão desenvolvidas no campo das Ciências Sociais e, sobretudo, da Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Direito, e dentre outros campos analíticos e teóricos.

Ademais, destaca-se a importância para a sociedade bissau-guineense, visto que o problema em análise é um pouco discutido, pois em algumas circunstâncias a subordinação da mulher é vista como algo “natural” e não como uma construção sociocultural e/ou sociopolítico. Com a realização da pesquisa acredita-se-á dar às suntuosidades teóricas importantes para o governo ou Estado adotar as medidas necessárias para a resolução e/ou a diminuição do problema em questão em termos de políticas públicas sobre a questão do gênero na Guiné-Bissau. Somando a isto, poderá servir como uma guia de desconstrução/construção sobre algumas naturalizações ligadas às ocupações das mulheres nos espaços “formais” e dos estereótipos associados às mulheres.

3 DELIMITAÇÃO/PROBLEMATIZAÇÃO

Neste trabalho, o tempo será delimitado no período pós-independência, isto é, de 1973 que é ano da proclamação da independência da república de Guiné-Bissau, unilateral. É importante evidenciar que as mulheres tiveram papéis importantes na condução da luta de libertação nacional. O projeto político da luta do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde – PAIGC, baseava-se no princípio da igualdade entre os homens e as mulheres e na construção duma sociedade equitativa. Mas, no período pós-independência, as mulheres foram relegadas ao segundo “plano”, isto é, sendo colocadas numa posição da “subordinação”.

O ano 2018 foi marcado pela aprovação da lei de quota com uma percentagem mínima da participação das mulheres. Neste ano, o parlamento guineense “aprovou a lei das quotas com 76 votos a favor, atribuindo uma quota de 36% de lugares elegíveis ocupados pelas mulheres no parlamento nacional, constituindo assim um princípio de construção de igualdade e equidade representativa nos órgãos de decisão” (PETI GOMES; CANDÉ MONTEIRO, 2020, p.155). Mesmo com aprovação da lei de quota, a lei não foi cumprida nas eleições legislativas de 2018. Este fato demonstra um antagonismo e/ou disparidade das representações no parlamento guineense e da participação ativa das mulheres na política.

Perante o exposto, antevê-se a relevância de alguns questionamentos que podem direcionar a linha da nossa investigação. Na Guiné-Bissau, há uma enorme desigualdade entre homens e mulheres, e isso é notável desde criança até na fase adulta, isto posto, questiona-se: porquê que as mulheres não têm as mesmas oportunidades que os homens na Guiné-Bissau? Em maioria das vezes as mulheres são as chaves principais para o sustento da sua família, mas mesmo assim ainda esse quadro não mudou, pois, grande parte das mulheres são encontradas nas atividades ditas “informais”, mas porquê?

Pois, se considerarmos o contexto histórico e social de socialização entre homens e mulheres em termos estudos e formação, perceberemos que a maioria das meninas não terminam a quarta série, ensino fundamental e superior, com isso, são obrigadas a criarem as suas formas autônomas de ganhar renda, por exemplo, o negócio, seja formal ou informal com o fito de se emanciparem social, cultural, acadêmica e financeiramente. Com isso, muitos participam de grupos representados em termos associativos nesse caso, *abota*⁴ e

⁴Uma Abota agrupa um número variável e instável de membros, recrutados a partir de interesses financeiros individuais de poupança, com base em relações de confiança mútua, de vizinhança e principalmente de trabalho (BORGES, 2005, p.12).

*mandjuandadi*⁵, mas o que representa *abota* e *mandjuandadi* para estas mulheres? Sabe-se que na luta pela libertação nacional, houve a participação massiva das mulheres nos espaços de tomadas de decisões, mas as histórias dessas mulheres estão meio que apagadas. Sendo assim, seria pertinente questionar, por que as suas histórias foram invisibilizadas? Pois, diante disso, é importante lembrar que as mulheres desencadearam as diferentes operações juntos dos movimentos emancipalistas nas áreas libertadas e não libertadas. Com base nisso, entende-se que muitas das questões ainda ficaram sem respostas como, por exemplo, quais fatores estiveram na não efetivação da política de igualdade pós-independência? Se as mulheres tivessem as mesmas oportunidades que aos homens no parlamento, o que mudaria no cenário e nas condições adquiridas por elas na atualidade? Existem políticas públicas destinadas à inclusão das mulheres na formação social guineense? E quais as mulheres são ou serão incluídas?

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

➤ Compreender a história da mulher guineense sob perspectiva de gênero na formação social do Estado da Guiné-Bissau (1973-2018)

4.2 Objetivos específicos

- Entender os papéis definidores das mulheres no contexto histórico, social e político estrutural da sociedade guineense;
- Analisar contexto social e relevância das mulheres nas atividades “ditos” formais e informais, sendo maior parcela na contribuição dos lares dos guineenses;
- Entender a importância na relação de gênero na construção de associativismo na Guiné-Bissau; *abota* e *Mandjuandadi*;
- Compreender o papel das mulheres nos espaços de tomadas de decisões políticas: partidárias, sindicatos, Associações, ONG’s e Sociedade civil.

⁵[...] Mandjuandadi pode ter muitos significados [...] para nos reunirmos aqui duas vezes por semana (quinzenalmente) é Mandjuandadi também. Porque nestas reuniões é que sabemos dos acontecimentos de tabanca e problemas de cada uma, e como podemos ajudar a pessoa [...], assim compomos música a partir destes assuntos: problemas de casa com nossos maridos, filhos, em tabanca, comunidade e o Estado, estes assuntos resultam em letras de nossas músicas que cantamos (Ana Maria Bandeira Merinha, in: PETI GOMES, 2019, p.59).

5 HIPÓTESES

H¹ Às mulheres não têm as mesmas oportunidades que aos homens devido a “subordinação” do lugar da mulher no processo de tomada de decisões e do desenvolvimento do país, e para a construção de uma sociedade equitativa e igualitária.

H² Na prática, as mulheres continuam alvos de discriminação social, isto é, fatores socioeconômicos e culturais, situações de discriminação familiar e social, fazem parte do seu cotidiano, favorecendo e/ou reforçando a naturalização das desigualdades, inclusive a de gênero.

6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação deste trabalho é feita com base nos conceitos teóricos do gênero e processos formativos de condição das mulheres da história na Guiné-Bissau. Com isso, dividimos essa parte em quatro tópicos: No primeiro, apresentamos um panorama sobre o conceito de gênero e sua evolução temporalmente, no segundo, debruçamos a forma como as mulheres têm sido colocadas, o que chamamos mulheres na “sombra”: as guineenses e a luta de libertação nacional. No terceiro, discorremos de ponto de vista teórico sobre as mulheres nas diferentes organizações feminina e, por último, ressaltamos importância das mulheres em termos quantitativos e qualitativos, mas que com pouco espaços, os homens que continuam a gerir o país em termos políticos e governamentais, e denominamos de um país de mulheres governado por homens: democracia e processo decisório na Guiné-Bissau.

6.1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O CONCEITO DE GÊNERO E SUA EVOLUÇÃO AO LONGO DO TEMPO NA GUINÉ-BISSAU

As relações de gênero em África têm sido interpretadas em polos antagônicos entre os/as intelectuais africanos/as e não-africanos/as. Situam-se as vozes que defendem que existe a opressão, o patriarcado, as relações e as desigualdades de gênero antes do processo da colonização nas terras africanas, de um lado, e, por outro, vozes que defendem que o patriarcado e as relações desiguais de gênero são resultados de um processo da invasão, do colonialismo e de um sistema androcêntrica que se configurou no continente como o protótipo das relações.

Os pressupostos analíticos e interpretativos de Oyèrónké Oyèwùmí, (2004), e entre outras teóricas afirmam que as sociedades africanas podem ter as suas formas de relações de

gênero e de estratificação social, sendo, portanto, necessária uma análise a partir das interpretações endógenas. De um lado, alguns teóricos afirmam que as desigualdades baseadas no gênero existem na África sendo, portanto, necessário denunciá-las e, adotando uma postura de vigilância epistêmica. Para Adesina (2012), os trabalhos produzidos nesta linha, oferecem uma base analítica e interpretativa para a compreensão das relações de gênero na África. O pensamento feminismo ocidental, não dá conta de forma contundente de uma análise contextualizada do continente africano. “Embora reconheçam que algumas produções e análises não podem ser descartadas na sua plenitude, mas devemos ter uma visão crítica e questionar a identidade social, interesses e preocupações das fornecedoras de tais conhecimentos” (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 2).

O pensamento alienígena centrado num pensamento de averiguar as relações de gênero não impreterivelmente abrangem as realidades africanas. As relações de gênero embora sendo um problema “em todo mundo”, existem algumas particularidades que devem ser consideradas. Este pensamento é explorado de forma elevada pela nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí (2004) que, olhando para a estrutura da família Iorubá evidencia que o feminismo ocidental eurocêntrico se baseia seu conceito de gênero na família nuclear (pai como chefe, uma mulher subordinada e os filhos) o gênero nessa estrutura é compreendido como um ato natural e não como uma construção. Este sistema familiar euro-estadunidense vislumbra para um déficit dos aparatos teórico-metodológicos das teorias feministas quando são confrontadas no campo epistêmico, com as cosmologias africanas, tendo como a estrutura familiar “alargada” (pai, mãe, filhos, tios, tias, sobrinhos, sobrinhas, etc.).

Na família nuclear, “o gênero é o princípio organizador e fundamental da família, e as distinções de gênero são a fonte primária da hierarquia e opressão dentro da família nuclear. Da mesma forma, a mesmice de gênero é a principal fonte de identificação e solidariedade neste tipo de família” (OYĚWÙMÍ, 2004, p.4). Ademais, no discurso africano a distinção entre o sexo e o gênero não tem a base epistemológica do ser. Isto deve-se ao facto de, em muitas sociedades africanas, existirem múltiplas categorias sociais que não têm as suas origens na distinção corporal dos sexos (TELEGA-SOARES, 2014).

Pesquisadoras feministas com perspectiva analítica ocidental eurocêntrica, usam o termo “gênero” como o protótipo explicativo para compreender a subordinação e opressão das mulheres em todo o mundo. De uma só vez, elas assumem tanto a categoria mulher e sua subordinação como universais. Mas gênero é antes de tudo uma construção sociocultural e política (OYĚWÙMÍ, 2004). Na mesma linha de arguição, Steady (2005) *apud* Ferreira (2020) afirma que as sociedades africanas,

[...] utilizam outros conceitos que transmitem uma ordenação cíclica da vida social, além dos opostos e hierárquicos ou baseados em classificação biológica. Por exemplo, mudanças no ciclo de vida podem alterar o *status* da mulher para que as mulheres pós-menopausa possam assumir funções políticas e servir como anciãs e conselheiras na mesma base que os homens (STEADY, 2005 apud FERREIRA, 2020, p.87).

Nessa linha, algumas estudiosas evidenciam que o feminismo (pensado como universal) representa um projeto sociocultural e política global proposto a partir de uma teoria e cultura imperialista ocidental que não dialoga de formas profícuas com as realidades não-ocidentais. É uma construção pensada como se desse conta das outras realidades.

O feminismo está preocupado principalmente com a libertação das mulheres (brancas e das opressões que sofriam). O feminismo sobre o qual mais se ouvem falar é ilustrado por mulheres brancas que são primordialmente engajadas em igualdade de gênero – salários iguais para funções iguais e, algumas vezes, mulheres e homens, dividindo as responsabilidades do trabalho doméstico e de maternagem e paternagem. As pessoas notam que essas mulheres são, em geral, brancas e economicamente privilegiadas. Essa luta não tem em debate o sexismo, o racismo e o processo da escravidão em que os povos africanos foram alvo (HOOKS, 2018).

Dada as ocorrências históricas do processo de escravidão e da colonização europeia, a África ficou dependente econômica, cultural e politicamente da Europa Ocidental e da América, por isso, é importante compreender as múltiplas formas de opressão de que os povos africanos continuam a sofrer. É preciso compreender que em muitas sociedades em que a categoria mulher não pode ser isolada das outras categorias. Em grande parte da África, “feminilidade” não constitui um papel social, identidade, posição ou localização. Isto é porque cada indivíduo ocupa uma multiplicidade de posições de sobreposição e interseção, com várias relações de privilégio e desvantagem (FERREIRA, 2020; OYĚWÙMÍ, 2003).

O estabelecimento da superioridade masculina foi desencadeado pelo encontro da África com a Europa e o mundo árabe, e pela atual as práticas de gênero de instituições como o Banco Mundial, as Nações Unidas, e várias organizações governamentais e não governamentais continuam a promover os princípios do feminismo ocidental como universais, isto é, para o resto do mundo. Em seus vários disfarces e interesses obscuros, o feminismo continua a ser o fabricante mais ávido de consciência e categorias de gênero, inevitavelmente à custa de categorias locais, como etnia, antiguidade, raça e geração que pode ser mais saliente localmente através das experiências de cada grupo e/ou realidades (OYĚWÙMÍ, 2003).

As estruturas sociais são importantes princípios relacionais que afetam a conceituação de poder na sociedade e a capacidade de exercer poder. Entendê-las facilita a explicação do

porquê que as pessoas fazem escolhas e como estruturar incentivos de forma que o processo de mudança seja acelerado na sociedade. Também é crucial reconhecer que para os africanos as sociedades diferem, acentuadamente, dependendo da área problemática. A análise comparativa dessas várias sociedades é mais fecunda do que a globalização de uma realidade que existe apenas na imaginação acadêmica, sendo, necessário entender as relações a partir das suas realidades (OKOME, 2003).

Várias escritoras acadêmicas e pensadoras africanas têm adotado postura da afrocentricidade, tendo como base da análise as condições das mulheres a partir do ponto de vista endógena africana. Dentre as correntes destacam-se: *womanism* de Chikwenye Ogunyemi, *African womanism* de Cleonora Hudson-Weems, *Stiwanism* de Molarra Ogundipe-Leslie; *Motherism* de Catherine Acholonu, Negofeminismo de Obioma Nnaemeka, Feminismo Negro, etc.,. Todas as correntes postulam uma análise, sendo como um conduto teórico-metodológico corretivo ao pensamento feminista ocidental (TELEGA-SOARES, 2014).

Do ponto de vista da reflexão africana, em particular, no caso guineense, os debates sobre gênero ainda constituem um trabalho a ser feito. No país, ainda que as mulheres constituíssem a maioria da população e a sua participação no processo de independência fosse um fato objetivo e imprescindível, a criação da União Democrática das Mulheres da Guiné e de Cabo Verde – UDEMU – na vizinha Guiné-Conacri, em 1961, não contou, na verdade, com a participação equitativa da maioria das mulheres guineenses. Boa parte delas, sobretudo, as que se encontravam estabelecidas nas mais remotas comunidades rurais, acabaram por ficar à margem da organização feminina do PAIGC, a mesma que supostamente foi criada para responder aos seus anseios (PATRÍCIA GOMES, 2016).

Na próxima sessão, será discutido o papel das mulheres no processo de luta de libertação nacional.

6. 2 MULHERES NA “SOMBRA”? PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PROCESSO DE A LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL PARA INDEPENDÊNCIA DE GUINÉ-BISSAU

Entende-se que esta temática é muito pouco discutida na literatura bissau-guineense, posto que a participação das mulheres não se limita ao domínio auxiliar, indicando sobre as suas magníficas contribuições para que hoje celebrássemos como um país independente e livre do jugo colonial.

A análise da participação das mulheres na luta de libertação nacional pressupõe uma articulação metodológica teórica multicausal, considerando todas as condições em que ocorrem na luta anticolonial na Guiné-Bissau. Conforme a história oficial do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), dia 3 de agosto de 1953, conhecido como massacre de *Pindjiguiti*⁵ é o resultado de uma insatisfação dos funcionários sob as condições desumanas de trabalhos o que originou a greve no porto de Bissau na qual esteve profundamente implicado, conseguindo alguma implantação, nomeadamente, nos sindicatos nacionais locais. Nesse dia, a resposta das autoridades coloniais portuguesas, foram brutais, assassinando várias pessoas a tiro (PINTO, 2001; MACQUEEN, 1998 apud MENDES, 2010).

Depois das várias tentativas de negociações pacíficas com as autoridades coloniais portuguesas, o PAIGC decidiu desencadear a luta de libertação nacional pela via da violência como um último recurso que estava a sua disposição após ver as suas pautas pacíficas não surtirem os efeitos. A luta foi desencadeada em 23 de janeiro de 1963⁶. Esta fase marcou uma nova roupagem das estratégias desenvolvidas pelo PAIGC com vista a obtenção da independência. A base da sua guerra estava acentuada pela impossibilidade de qualquer outra via como, por exemplo, a insurreição como a forma de protestar as ações desumanas do colonizador, e, portanto, o partido invoca o estatuto de direito à autodeterminação aprovado pelas organizações das Nações Unidas (ONU) em 1960.

Nesta lógica, entende-se que o processo de luta de libertação nacional foi materializado com sucesso, graças ao trabalho postulado com um viés da “Unidade e Luta”. A unidade teve um papel crucial na derrota do sistema colonial na África e, em particular, na Guiné-Bissau. As mobilizações e as atuações populares de um lado, e, por outro, a capacidade de autonomia e da liderança do PAIGC e, sobretudo, de Amílcar Cabral fizeram com que a Guiné-Bissau pudesse proclamar unilateralmente independente em 1973. Nesta linha, Patrícia Gomes (2016) afirma que as mulheres tiveram contribuições importantíssimas que permitiram com que o partido conseguisse alcançar os objetivos traçados em termos das organizações e das instituições embrionárias. Nos ideais do PAIGC, a igualdade entre mulheres e homens era a base que sustentava o partido e, assim, o estatuto do partido vem de forma contundente em afirmar que os homens e as mulheres gozam dos mesmos direitos na família, no trabalho e nas atividades públicas. Na mesma linha, Cabral (1976, p.59) afirma que “chegou o momento de acabarmos

⁶ A luta de libertação nacional da Guiné-Bissau começou no dia 23 de janeiro de 1963, mediante o ataque, na margem sul do rio Geba, onde estava instalada a sede de um batalhão português e que funcionava como centro de interrogatório e de detenção de suspeitos, o grupo do PAIGC era comandado por alguns jovens, nomeadamente, Arafan Mané e dentre outros colegas que, na qualidade de chefes de grupos dirigiam mobilizações em São Bocana e Tite (SILVA, 2010).

com responsáveis ou dirigentes que não querem que as nossas mulheres avancem, para serem responsáveis ou dirigentes”. Muitos dos guerrilheiros acusaram-no de tentar promover as mulheres em detrimentos dos homens.

Neste processo de emancipação, Basil Davidson (1969 apud Patrícia Gomes, 2016, p.73) salienta que as mulheres guineenses desempenharam e tiveram destaque em alguns domínios, “tendo a componente feminina do movimento de libertação contribuído de forma positiva para a mudança de mentalidades sociais, sobretudo, nos meios rurais em que a resistência à presença das mulheres em lugares de decisão era mais evidente”.

As transformações sociais e políticas que resultaram deste processo permitiram uma melhoria da condição dos bissau-guineenses e, assim, também como o surgimento de movimentos políticos femininos. Estes pressupostos, vão fundamentar a luta contra a discriminação de gênero, dando a possibilidade para o surgimento de uma nova consciência cidadã (PATRÍCIA GOMES, 2010a).

Quando se fala da luta armada do PAIGC na Guiné-Bissau pouco se menciona mulheres guineenses, mesmo sabendo que elas desempenharam papéis importantes na luta (em algumas circunstâncias as pessoas não têm conhecimento de que as mulheres participaram e deram as suas contribuições importantíssimas no processo de luta de independência) como, por exemplo, Titina Silá (Ernestina Silá), Cármen Pereira, Teodora Inácia Gomes, e dentre outras mulheres que era responsável na formação das milícias durante a luta, classificadas como mulheres pugnadoras que lutaram pela independência da Guiné-Bissau, apesar disso, elas são poucas mencionadas como heroínas, ou melhor, no país só mencionam Amílcar Cabral, e, por vezes, quando se falam das mulheres que lutaram contra regime colonial muitas delas são invisibilizadas (PATRÍCIA GOMES, 2016).

A invisibilidade das mulheres está carregada de um olhar preconceituoso sobre as suas condições que outrora foram delegadas e/ou entendidas como as mais fracas. A partir da postura revolucionária, da unidade e luta contra o sistema colonial português, Cabral entende que,

o nosso Partido [PAIGC] é dirigido coletivamente, não é uma pessoa só que dirige. Em qualquer nível, na ação política ou nas Forças Armadas, na segurança ou na instrução; em qualquer lado, há sempre uma direção coletiva, a vários níveis. Mas a tendência de alguns camaradas é de monopolizar a direção só para eles, eles é que decidem tudo, não consultam a opinião de ninguém que está ao lado deles. Isso não pode ser, porque duas cabeças valem sempre mais do que uma cabeça, mesmo que uma seja esperta e a outra burra. Sobre este assunto, os camaradas têm que ler a sério à conversa que tivemos sobre a direção coletiva (dirigir em grupo). Mas lembro aos camaradas que direção coletiva (dirigir em grupo), não quer dizer que toda a gente tem que mandar, que já não há autoridade nenhuma (CABRAL, 1976, p.51).

Sendo uma sociedade colonizada onde as relações humanas são baseadas na hierarquização de gênero. Cabral acreditava numa mudança da mentalidade que consubstanciaria no entendimento de que a nossa luta não poderia ser desencadeada sem, no entanto, estivéssemos com as mulheres. Cabral já preocupava com o egocentrismo, pois talvez, ele percebeu isso nas atitudes dos guerrilheiros do PAIGC. Esta atitude egocêntrica pode ser como o calcanhar de Aquiles para derrubar o próprio partido e enfraquecer a luta, por isso,

no começo, os homens não queriam reuniões com as mulheres. Passo a passo, não forçamos, enquanto noutras áreas as mulheres entraram logo nas reuniões, sem problemas. Nós temos que ter consciência da realidade, não só da realidade geral da nossa terra, mas das realidades particulares de cada coisa, para podermos orientar a luta corretamente. Os responsáveis ou dirigentes que têm esse sentido da realidade em consideração, que não pensam que a verdade é aquilo que têm na cabeça, mas que a verdade é aquilo que está fora da sua cabeça, só esses é que podem orientar bem o seu trabalho de militantes, de responsáveis, numa luta como a nossa. Infelizmente, devemos reconhecer que muitos camaradas tomaram responsabilidades nesta luta sem considerar esse fator, embora nós sempre tenhamos dito isso (CABRAL, 1976, p.23-24).

No que diz respeito à participação das mulheres, Patrícia Gomes (2016) abona que as mulheres guineenses aderiram muito cedo à organização partidária e à luta de forma clandestina. Nos centros urbanos, as mulheres eram elos, cedendo os seus espaços de lazeres e até as suas casas para as reuniões dos guerrilheiros do partido. Foram essenciais na distribuição dos materiais de propagandas, cozinham e esconderam muitos guerrilheiros perseguidos pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE). Também a participação das mulheres nas atividades políticas no país deu-se no processo das mobilizações das populações rurais para aderirem à luta armada em que eram as mães, esposas, irmãs a mobilizarem muitos jovens para integrar a fileira dos guerrilheiros do PAIGC, mas em termo de participação política nos órgãos decisórios e/ou de posições em destaque, elas foram esquecidas e poucas delas estiveram presentes nas estruturas decisórias do partido pós-independência (ABDENUR, 2017).

Isso demonstra os estereótipos e as relações sociais baseada no gênero através de uma hierarquização dos papéis sociais em que as mulheres são relegadas ao segundo plano. Depois de algumas mudanças de mentalidades e de aceitação das mulheres nas estruturas do partido, Cármen Pereira entrevistada pela Patrícia Godinho Gomes (2016), afirma que,

[...] a posição das mulheres era de grande atraso. Para cumprimentar o marido, ela chegava ao ponto de se ajoelhar diante do marido. Enquanto trabalhava nos campos, o marido ficava em casa. Ela trabalhava até ao pôr do sol, regressava a casa, preparava e servia-lhe a refeição, ia buscar água para o marido se lavar. Era bastante submissa. O Partido lutou contra todos esses

aspectos negativos da nossa tradição e conseguiu eliminar muitos deles. Agora já há homens a trabalhar juntamente com as mulheres nos campos. No passado os homens de religião muçulmana recusavam que as esposas participassem em reuniões do Partido. Recusaram-se uma, duas, três vezes, mas à quarta tiveram de aceitar porque as mulheres insistiram. Elas estavam interessadas em ouvir e saber o que se passava. Agora as mulheres fazem parte dos comités de “tabanka” e chegam a ser eleitas presidentes desses comités. Os homens já aceitam que as mulheres participem em reuniões e compreendem a importância e porque é que o Partido insiste nessa questão (CÁRMEN PEREIRA, in: PATRÍCIA GOMES, 2016, p.80).

O sucesso da luta de libertação dependia em grande parte da capacidade e de uma liderança consistente do PAIGC capaz de levar avante os ideais da luta de libertação nacional. Nesse processo era importante conciliar todas as forças (conservadores, liberais e reformistas) para poder incutir nas mentes dos guerrilheiros de que a submissão das mulheres depois da independência não dignificaria a luta se se a luta foi desencadeada com o fito de nos libertar da submissão. Cabral (1976) lutava contra o sistema colonial português e internamente contra a opressão e o sexismo nas estruturas do partido.

O fracasso das estruturas do PAIGC conduziu num marco temporal o abuso do poder por parte de determinados chefes militares que atuavam de forma arbitrária em algumas regiões libertadas, submetendo as populações às próprias vontades e não aos princípios que foram traçados pelo partido (PATRÍCIA GOMES, 2016). Cabral estava ciente desta situação e afirmou que acabar com comportamentos como estes é de responsabilidade de todos. Era importante acabar com o medo dos dirigentes ou responsáveis do próprio partido. Não é necessário o medo das autoridades, mas, sim, o respeito. “E quem abusa da autoridade está a cometer um crime pior do que os dos colonialistas portugueses” de um lado, e, por outro, Cabral sabia exaltar o nome daqueles militares dirigentes e responsáveis que dão exemplo para os outros, mostrando o caminho reto que devemos seguir nos nossos ofícios (CABRAL, 1976, p.59).

depois da guerra as mulheres e as meninas voltarão para as aldeias como enfermeiras e professoras ou então trabalharão no comércio ou integrarão as milícias [...]. Deixarão as nossas bases, mas ninguém pense que estas meninas estão prontas para serem “dadas” em casamento. Casar-se-ão se o desejarem, mas não haverá mais casamentos forçados. Aqueles que continuarem a incentivar esta prática estarão agindo pior do que os portugueses colonialistas [...]. O nosso Partido é também o partido das mulheres⁷.

⁷ Discurso de Amílcar Lopes Cabral datado em 1966, num encontro habitual com a comunidade da região sul do país (CHALIAND, 1969 apud PATRÍCIA GOMES, 2016, p.81).

Apesar dos obstáculos encontrados, as mulheres guineenses encontraram os caminhos políticos para delinear as suas estratégias com vista a participar ativamente na política, dando, assim, o início ao processo de emancipação política. Para Patrícia Gomes (2016) a aceitação das mulheres nas estruturas do PAIGC correspondia aos trabalhos designados, socialmente, de mulheres. Todavia, a autora reconhece que houve um trabalho importante para a integração das mulheres nas estruturas partidárias com certas roupagens em relação às fases anteriores. A formação e a emancipação das meninas era uma das formas importantes para a concretização dos objetivos traçados. Esses objetivos foram, até certo ponto, auferidos. Nos anos de 1972, algumas mulheres passaram a ocupar os altos cargos nos órgãos políticos no partido e dos tribunais populares como membros de júri como, por exemplo, Cármen Pereira⁸.

Para Patrícia Gomes (2016) e Abdenur (2017), a igualdade da representatividade era a base fundamental do próprio PAIGC. De um lado, os responsáveis pela coordenação das atividades escolares (programas, orçamento, gestão de estudantes), sendo, portanto, dividido de forma igualitária. Se os membros forem 6 (seis) , então, a divisão fica, por exemplo, 3 (três) mulheres e 3 (três) homens. Este fato significa um marco importante se considerar que tradicionalmente o papel social das mulheres se limitava à dimensão doméstica e familiar, por outro, estas conquistas foram importantes, sobretudo no que diz respeito à presença e à participação de mulheres no processo da educação descolonizadora e da emancipação socio-político. Mas devido algumas fragilidades das estruturas do partido, a representatividade de gênero não foi cumprida na sua íntegra. Sendo, colocadas na segunda categoria no espaço de tomada de decisões.

6.3 MULHERES NAS DIFERENTES ORGANIZAÇÕES FEMININA NA GUINÉ-BISSAU

As desigualdades históricas das mulheres no acesso aos rendimentos monetários, à educação formal, aos cargos da Administração Pública, à propriedade fundiária e ao capital comercial tem sido demarcado por relações assimétricas entre os homens e as mulheres. Todos esses processos são demarcados por desigualdades sociais, econômicas e políticas antes da independência até os momentos atuais. As desigualdades fizeram com que as mulheres adotassem as diferentes estratégias da sua emancipação política, social e econômica no sentido

⁸ Foi a primeira Comissária Política eleita e primeira mulher vice-presidente da Assembleia Nacional Popular-ANP na história da Guiné-Bissau como o presidente da Assembleia Nacional, assumiu o cargo de Presidente da Guiné-Bissau. No período de 14 a 16 de maio de 1984 quando uma nova constituição foi introduzida. Entre os anos de 1981 a 1983 Pereira foi nomeada como a ministra da Saúde e Assuntos Sociais da Guiné-Bissau. Morreu no dia 4 de junho de 2016 em Bissau.

de lutar para uma sociedade mais equitativa, rompendo com certos padrões de relações de gênero. Algumas estratégias foram a criação de grupos e associações e grupos das mulheres como um espaço de emancipação. Muitas mulheres são *bideras*⁹ e vendem para sustentar as famílias, sendo *firkidja* (alicerce) da família.

A(s) bidera(s)

Atualmente, é notável a participação ativa da mulher no desenvolvimento econômico, social e político do país. No mundo empresarial a mulher contribui para impulsionar o setor econômico e alavancar o desenvolvimento “doméstico”. O aceleramento da mulher no setor econômico acentua-se na área de comércio informal, pois muitas delas, devido às desigualdades históricas, sociais, econômicas e políticas acabam por não acessarem o trabalho “formal”. No plano de desenvolvimento econômico da Guiné-Bissau, a participação da mulher se verifica com volumosa participação, contudo, o seu poder de decisão é ignorado, a concessão de linhas de crédito se destina em grande parte somente para os homens, discriminando, e, efetivamente, prejudicando as mulheres e, sobretudo, as mulheres *bideras* (MENDES, 2016).

No prelúdio dessa seção torna-se importante compreender os sentidos e alguns conceitos sobre o termo *bidera(s)* na sociedade guineense. No pensamento de Ricardino Jacinto Dumas Teixeira e Sandra Tricia Baticam no texto “Movimento social africano de Fidjus Dibideras de Guiné-Bissau em espaços universitários” (2020), afirmam que no decorrer da formação da Guiné-Bissau é possível identificar quatro momentos distintos e complementares, para a significação do termo *bidera(s)*: o período anterior e posterior à colonização; o momento de unidade e luta de libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde liderado pelo Amílcar Lopes Cabral sob a égide do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC); o período de ruptura da unidade, no regime de partido único; e o período atual, a partir da democratização, em que acrescentamos um novo sentido ao conceito de *bidera* atrelado às vivências das mulheres em prol do sustento da família, ou seja, essas mulheres *bideras* vendem para comprar a comida, pagar a matrícula, as propinas¹⁰, compras de remédios, implementar outros projetos que visam melhorar a condição familiar (UNIOGBIS, 2016).

⁹ *as bideiras*: são mulheres vendedoras, considerada uma categoria muito importante entre os operadores comerciais de Bandim, especializadas nos produtos frescos, nomeadamente pescado e legumes. Fazem distribuição do peixe para todos os mercados de Bissau e nas regiões e ainda no caso dos legumes procuram os produtos de horticultura nos mercados regionais para abastecer os mercados de Bissau (CAMARÁ, 2011, p.37).

¹⁰ Termo diferente do contexto brasileiro que significa suborno, na Guiné, essa linguagem veio de origem português, o que significa pagar mensalidade da escola ou faculdade.

O conceito de *bidera* é entendido como um conjunto de grupos urbanos e rurais de mulheres de condição social de origem popular, que exercem função social nos mercados públicos ou privados (CARREIRA, 1983 apud TEIXEIRA; BATICAM, 2020). Ademais, as mulheres *bideiras* – são as mulheres que vendem (de forma ambulante ou fixa) peixe, pão, legumes, produtos transformados, etc., para a sobrevivência da família (CAMARÁ, 2011). Há uma heterogeneidade do grupo de *bideras*, pois

as *bideiras* não são um grupo homogêneo. Podemos caracterizar os vendedores em três grandes grupos: no primeiro grupo, estão aqueles que têm lugares fixos onde fazem as transações comerciais; no segundo grupo estão aqueles que não têm lugares fixos e mudam de lugar de luma em luma; no terceiro grupo, estão vendedores ambulantes que nunca tiveram espaço para exposição das suas mercadorias (JAO, 2009 apud CAMARÁ, 2011, p.65).

A não fixação num lugar é uma característica das mulheres *bideras* dos produtos agrícolas e das vendedoras de todo tipo de líquidos e comida. Uma caracterização de operadores inclui outras categorias: retalhistas, prestadores de serviços (recargas de telemóveis, mecânicos de bicicletas, mecânicos de motas e geradores, reparadores de rádios), *bideras* de tomate, peixe, bebidas, cebola, quiabo, *djacatu* e malagueta, batata-doce, mandioca, inhame, alface, pimenta, frutas das cidades de: Banbadinca, Buba, Canchungo, Quinhamel, Bissau, Bafatá e Gabú, etc (CAMARÁ, 2011; MENDES, 2016).

Handem & Camará, (2005) asseveram que na Guiné-Bissau, o impacto das atividades da economia “informal” na coesão social e na resolução dos problemas familiares e, sobretudo, atenuação dos conflitos latentes que a pobreza e a exclusão social fazem surgir é imensurável. Ainda salientam que, num país como a Guiné-Bissau, onde o Estado não consegue honrar com os seus compromissos básicos, inclusive o pagamento regular dos salários, estima-se que cerca de 70% da população ativa opera no sector informal. A maioria das famílias depende direta ou indiretamente do setor informal para a sua sobrevivência, estes trabalhos são exercidos muitas vezes pelas mulheres que “labutam” diariamente no ganha-pão (HANDEM & CAMARÁ, 2005 apud CAMARÁ, 2011). Na mesma linha de arguição,

o sector informal nacional é caracterizado por um variado leque de atividades praticadas por diferentes actores: o simples vendedor ambulante, passando pelos coladores de roda, pequenos ateliês de venda de comida e roupas, oficinas de reparação de carros, pequenas *bideiras*, estruturas de transferência de dinheiro, engraxadores de sapatos, transportadores manuais de mercadorias, proprietários de transporte público, artesãos de madeira ou metais, cabeleireiros, etc (CAMARÁ, 2011, p.3).

Importa sublinhar que a proporção das mulheres que trabalham nas atividades “informais” é muito maior que a dos homens, pois as mulheres são as que mais exercem as atividades no setor informal, elas estão ligadas às atividades mais precárias e, por isso, os seus rendimentos médios são mais baixos, mas mesmo assim contribuem significativamente para o sustento familiar (CAMARÁ, 2011). Estas atividades exercidas pelas mulheres representam uma resiliência às condições estruturais e do mercado nas lutas diárias para a sobrevivência.

Após a independência, nos anos 1980, as atividades destinadas às *bideras* sofreram alterações, principalmente com a construção de cooperativas agrícolas para tentar romper com o legado negativo do modo de produção, consumo, distribuição e comercialização capitalista do regime colonial, considerado nocivo. Essa situação contribuiu para o crescimento das atividades “informais” nos centros da cidade (TEIXEIRA; BATICAM, 2020). Nesta senda, o crescimento das atividades da economia “informal” na Guiné-Bissau teve origem em dois pressupostos: a fragilização do Estado em garantir as condições necessárias, enquanto entidade reguladora da sociedade em consequência do programa do ajustamento estrutural e a incapacidade do setor formal em expandir-se de forma sistemática com vista a absorver a crescente mão-de-obra dos bissau-guineense (CAMARÁ, 2011). Ademais, Mendes (2016) afirma que o programa de ajustamento estrutural (PAE) mudou consideravelmente os hábitos de consumo familiares da população guineense. Pois, os produtos industrializados que foram introduzidos no mercado desempenhavam um papel de grande relevância, neste processo. As produções endógenas passaram a configurarem no segundo “plano”.

O PAE é orientado para a economia masculina e não tem como fito a supressão dos limites estruturais das atividades das mulheres e da sua margem de ação enquanto a gente da participação nas atividades econômicas (ACHINGER, 1992). Nesse sentido, tendo um Estado com poucas possibilidades de criar e gerar empregos, uma grande franja da população, sobretudo, jovens e mulheres começaram a exercer as atividades comerciais para gerar negócios próprios e de poder atuar num espaço onde a presença do Estado é limitado, sustentando a própria família. Atualmente há uma inversão das lógicas, pois,

tradicionalmente, na população agrícola de subsistência da Guiné-Bissau, os homens eram responsáveis pelo aprovisionamento da totalidade ou grande parte dos alimentos de base como o arroz, o milho e o milho miúdo, os quais se consumiam várias vezes por dia [...] hoje a contribuição dos homens no abastecimento do *fogão* diminuiu em todas as étnicas e regiões. Os antigos modelos de abastecimento com cunho étnico, com base na economia familiar, sob a direção do homem, desagregam-se, embora a uma velocidade diferente consoante as etnias [...]. As mulheres estão ocupadas durante todo o ano nas atividades agrícolas e são ao mesmo tempo sobrecarregadas por outras

obrigações que absorvem muito tempo, tais como buscar água e lenha, pilar os cereais, cozinhar, tratar das crianças, etc. [...] (ACHINGER, 1992, p.69).

Para não deixar o fogão apagar muitas destas mulheres passam por situações vulneráveis de serem psicológica, física e sexualmente violadas, pois estão muito expostas e vulneráveis. Em muitas circunstâncias as condições não são apropriadas para o exercício das suas atividades comerciais como *bideras*. À beira das estradas, as mulheres sentam-se em bancos e mesas de madeira e vendem laranjas, mangas, bananas e outros frutos - como nos bairros nos arredores de Bissau, *lumos* entre outras localidades que oferecem condições de (re)venda e/ou de compra. Com um pano estendido no chão, uma mesa adaptada, as *bideras* acordam de madrugada e vão expondo os seus legumes, malaguetas verdes, pepinos, cenouras, alfaces, objetivando vender para sustentar a família. Mais da metade delas vendem em feiras improvisadas, como no Mercado de Bandim, o maior mercado de céu aberto da cidade de Bissau.

Essas mulheres passam muitas dificuldades no setor comercial, isto se deve ao fato da falta de meios financeiros, a insuficiência das agências estatais de prestação de serviços e as instituições de créditos, apesar de existirem algumas instituições, porém, não conseguem responder às preocupações das mulheres, pois, em algumas circunstâncias as mulheres são esquecidas. O sistema de microcrédito é insuficiente, por essa razão algumas mulheres asseguram seu negócio por autofinanciamento em pequenos negócios adotando algumas estratégias para o sustento e emancipação econômica. Outro fator de entrave é a elevadíssima taxa de juros cobrados pelos Bancos comerciais do país, com pouco volume de negócio condicionam-nas a não recorrência à concessão de créditos, pois não estarão em condição de pagar as altas taxas de crédito.

É comum na Guiné-Bissau de encontrar em outros casos, entre os parceiros (cônjuges) associarem e autofinanciam-se microempresa mesmo com a gerência da esposa. Alguns recorrem empréstimos aos amigos (as), famílias de confiança com o propósito de devolução sem juros. Casos como este quando na demora de devolução (pagamento) gera conflitos, a resolução poder ser por via amigável ou familiar conforme o caso alguns até judicialmente (MENDES, 2016, p.59).

Com o intuito de resolver/reduzir dependência financeira, muitas mulheres, e, sobretudo, as *bideras* organizam em pequenos grupos de “*abota*” de 5 a 10 membros em forma de consórcio estipulando um teto de contribuição, em que cada final do mês um recebe o valor total. Essa forma não é baseado na estipulação da taxa como se fazem nos bancos comerciais. Não existe um número fixo das pessoas que devem compor os grupos (MINISTERIO, 2014 apud MENDES, 2016).

Abota

Na Costa da África e, sobretudo, na Guiné-Bissau, as dinâmicas históricas, econômicas e sociopolíticas atuais, das associações voluntárias e informais *di mindjeris*, tanto em meio rural como urbano são comparativas com outras realidades das mulheres africanas, um fato peculiar e tem sido relacionado com as relações de gênero e as cosmologias acerca do papel e funções *di mindjeris*, nomeadamente, a sua participação ativa nas atividades econômicas, principalmente, no comércio informal (BORGES, 2005). Na mesma linha de arguição, na Guiné-Bissau, Senegal, Nigéria, Gâmbia, Ghana e dentre outros países da costa africana, as mulheres participam ativamente no exercício das atividades econômicas como, por exemplo, na agricultura, no comércio informal e formal, na criação de animais, trabalhando e, na verdade, sendo como *firkidja* [alicerce] da família, contribuindo na distribuição dos alimentos. Através desse processo as mulheres têm um grande papel na construção do espaço da emancipação.

O estatuto estrutural baseado na “maternidade” na África é o fator da diferenciação entre as experiências e as vivências históricas das mulheres africanas e europeias, enquanto que entre estas últimas implica a sua dependência dos homens, enquanto na África é a condição mesma do seu poder e estatuto. Nesse sentido as relações de gênero africanas se baseiam numa limitação das ideologias em que valores matriarcais e patriarcais coexistem, e, portanto, funcionam de forma interdependes, justapondo-se, sendo a unidade básica de reprodução e produção a “unidade matricêntrica” (AMADIUME 1987; DIOP, 1989 apud BORGES, 2005).

Olhando para as estruturas familiares de Iorubá, Oyěwùmí (2004) afirma que ela pode ser descrita como uma família não-generificada, pois, os papéis de parentesco e categorias não são diferenciados por gênero e/ou através de hierarquização dos papéis sociais. Nesse sentido, os centros de poder na família são difusos e não são especificados pelo gênero, porque segundo Oyěwùmí (2004, p.6) o “princípio organizador fundamental no seio da família é antiguidade baseada na idade relativa, e não de gênero, as categorias de parentesco codificam antiguidade, e não gênero. Antiguidade é a classificação das pessoas com base em suas idades cronológicas”. No que diz respeito aos papéis *di mindjeris*,

as tarefas produtivas, a autonomia econômica, a segregação financeira entre os esposos e as responsabilidades das mulheres no sustento da unidade básica constituída pela mãe e seus filhos, teriam contribuído para o desenvolvimento de estratégias individualistas e voluntárias, subjacentes às associações femininas nas quais as mulheres colaboraram solidariamente para a sua promoção socioeconômica e política (BORGES, 2005, p.9).

“Ser mulher na Guiné-Bissau significa vida dura, porque a maioria das mulheres guineenses vive em situação de extrema pobreza e para sustentar a casa e garantir a educação dos filhos elas são obrigadas a vender legumes, peixes, roupas nas ruas” e outros produtos. Estas *mindjeris* labutam diariamente para colocar o pão na mesa e garantir o bem-estar da família. Muitas vendem água, na calçada do mercado de Bandim. Acorda diariamente às 5h e 30m da manhã para ir comprar gelo e depois encher os “saquinhos” e levar ao mercado, sendo vulneráveis em algumas situações à violência nas ruas (UNIOGBIS, 2016, s/p).

Exposto isto, a cidade de Bissau é uma das cidades da costa africana onde as mulheres estão presentes nos mercados “informais” batalhando diariamente para o sustento da família; mulheres designadas localmente como *bideras*. A constituição histórica dessa função comercial feminina pode ser relacionada com a divisão do trabalho conforme o sistema tradicional existente nas áreas rurais, onde a divisão sexual do trabalho depende das formas de acesso à terra e das diferentes formas de herança, que é sempre transmitida entre os membros masculinos das linhagens, embora que as propriedades pudessem ser trabalhadas pelos homens e mulheres. As mulheres têm acesso a campos de cultivo através das suas relações familiares, enquanto esposas ou irmãs, ou conhecidas (HOCHET, 1983; CARREIRA 1947; GALLI, 1992; FUNK, 1994 apud BORGES, 2005), mas a gestão das culturas e rendimentos obtidos é realizada de forma autônoma pelas mulheres. Este modelo teria vindo a ser reproduzido em meio urbano através das tarefas comerciais que as mulheres adotarem como fonte essencial da sua emancipação econômica e do sustento da família (BORGES, 2005).

As formas de atividades associativas podem ser descritas a partir das suas características gerais como adesão voluntária dos membros (com base em afinidades étnicas, afetivas, relações de vizinhança, de *abota* ou de trabalho, etc), o fato de funcionarem a partir do princípio geral do sistema de poupança mutualista, e ainda pelas suas funções polivalentes (socialização, segurança social, poupança/crédito financeiro, realização de cerimônias religiosas). As *abotas* e grupo de *Mandjuandadi* desempenham um papel importante ao nível da segurança e da coesão social entre as mulheres (BORGES, 2005; PATRÍCIA GOMES, 2010b).

Devido o seu impacto, a questão das associações mereceu um contexto de vários teóricos. Outros classificam-nas segundo as finalidades das atividades associativas, distinguindo as associações econômicas, religiosas, políticas, recreativas, de interajuda e proteção social ou recorrem à base identitária de recrutamento (idade, sexo, etnia, local de residência ou de trabalho) para fazer as suas distinções (BORGES, 2005).

É importante salientar que *abota* funciona numa lógica financeira de interajuda. É uma prática realizada em maior parte dos países da África Ocidental que no entendimento de Borges (2005), consiste,

[...] na formação de grupos informais, cujos membros contribuem, periodicamente, com um pecuniário predeterminado para um fundo comum, que é entregue, rotativamente, a um dos associados [...]. Uma Abota agrupa um número variável e instável de membros, recrutados a partir de interesses financeiros individuais de poupança, com base em relações de confiança mútua, de vizinhança e principalmente de trabalho (BORGES, 2005, p.12).

Assim sendo, o grupo agrupa um número variável e instável de membros, recrutados a partir de interesses financeiros individuais de poupança baseado nas relações de confiança mútua, de vizinhança e, principalmente de trabalho entre os integrantes do grupo. O número de participantes numa *abota* é instável, podendo ou não ter um número elevado de pessoas. É importante salientar que não há uma regra rígida dos integrantes. Num grupo de *abota* a finalidade da poupança é realizada de forma individual (VAEREN, 1996 apud DOMINGUES, 2000), dependendo das necessidades de cada membro. O grupo de *abota* pode cessar a sua atividade organizacional após um período determinado, ou marcar as novas regras e estratégias, contando com novos integrantes e/ou excluindo alguns antigos membros. O valor monetário a ser entregue depende do valor colocado e que vai ser calculado conforme os membros do grupo.

Nessa lógica funcional, normalmente, e, dependendo do contexto, os fundos são de montante pecuniário de pequena dimensão e de curto-prazo, não usando qualquer taxa de juro entre os membros. Não, implicando a construção de relações sociais, não realizando reuniões e, podendo mesmo alguns membros não conhecerem pessoalmente outros integrantes do grupo (DOMINGUES, 2000).

O sistema de crédito mútuo rotativo representa quase 80% dos empreendimentos económicos (produção e comércio) e são financiados, inicialmente com capital acumulado através do sistema de *abota* (DUARTE & GOMES, 1996 apud DOMINGUES, 2000). É nessa base que *abota* representa uma parte importante para a emancipação das mulheres guineenses.

Porém, também entende-se por *abtota* como um sistema no qual participam as mulheres com rendimentos fixos, assalariadas, comerciantes ou não. Um grupo de *abota* pode ser composto pelas mulheres comerciantes de peixe, comerciantes de tomate, etc.

A finalidade do uso de dinheiro de *abota* pode ser utilizada de forma diversificada, dependendo de quem a recebeu. Nesse sentido,

o dinheiro da poupança, recebido rotativamente, por cada uma das mulheres, é utilizado individualmente. Pode ser gasto como complemento do orçamento familiar, pagando as despesas de uma alimentação melhorada, as despesas

com vestuário e material escolar, ou como forma de realizar o capital necessário para investimento no comércio (expandir os locais de venda, comprar a mercadoria em maior quantidade e mais barata, adquirir arcas frigoríficas, entre outros bens), permitindo rentabilizar o trabalho das mulheres. Outras vezes, as participantes juntam o dinheiro, assim obtido, a outras poupanças pessoais, que servem para pagar as despesas extraordinárias com a aquisição de *panos pente*, ou mesmo para financiar a aquisição terrenos urbanos, casas, e carros de aluguel (DOMINGUES, 2000, p. 447-448).

Este sistema permite às mulheres de maneira significativa investirem em outras atividades econômicas e, também suportar as despesas escolares, da saúde e do aluguel da casa. Assim sendo, a utilização da *abota* depende do contexto e da circunstância em que se encontra a mulher, mas, geralmente, as mulheres utilizam-na para ter um suporte econômico, ou melhor, ganhar a sua autonomia e a sua emancipação econômica. Estas estratégias permitem as mulheres bissau-guineenses a construírem as suas relações e redes de apoios sociais entre elas. *Abota* representa uma parte da resiliência das mulheres para poder resolver alguns problemas e, portanto, uma forma das mulheres poderem juntar o dinheiro sem juro.

6.4 UM PAÍS DE MULHERES GOVERNADO POR HOMENS: DEMOCRACIA E PROCESSO DECISÓRIO NA GUINÉ-BISSAU

Na Guiné-Bissau as mulheres representam 51% da população, mas continuam pouco representadas na esfera política (UNIOGBIS, 2016). A noção de participação política é um conceito polissêmico no campo científico que abordam às questões ligadas à participação política na medida em que inclui um conjunto de estruturas, práticas, atividades e atores orientados para a influência dos seus interesses, mediante processos políticos nos quais se implicam. As influências podem ser positivas ou negativadas, dependendo do ponto de vista analítico e interpretativo de cada investigador/a. Neste pressuposto, a participação política pode ser concebida como um “ [...] espaços das decisões políticas nem sempre inclusivas e satisfatórias, cujo protagonismo dos partidos políticos enviesa o sentido do conceito de poder, no sentido de reciprocidade das relações humanas” (BARROS; SEMEDO, 2013, p.42).

No enquadramento africano e, sobretudo, guineense esses processos ganharam outras roupagens complexas, tendo em vista que, obedece-se uma lógica de diferentes sociedades e culturas com formas e estruturas de poder e papéis específicos aos atores que estão no cenário político. Considerando os dispositivos de regulação, de controle e de deslocação das subjetividades por ato violento da dominação colonial e, conseqüentemente, a desestruturação de lógicas e instâncias de gestão do poder e da administração de ações públicas a partir de uma visão androcêntrica e ocidentalocêntrica, este contribuiu para a reprodução de lógicas de poder de força na pós-independência na Guiné-Bissau (BARROS; SEMEDO, 2013).

É importante frisar que a participação ativa e equilibrada das mulheres e homens nas estruturas do poder pilotavam as organizações dos movimentos libertadores e da participação ativa das mulheres na luta de libertação nacional como foi salientado na sessão 6.1 deste trabalho. Porém, essa representatividade equilibrada e equitativa das mulheres e homens é demarcada por um fator paradoxal, deixando de lado as ideias da igualdade de participação das mulheres nos lugares de tomada de decisões. Para Patrícia Gomes (2009 apud Barros e Semedo, 2013), após a proclamação da independência em 1973, a posição das mulheres nas instituições políticas e lugares de decisões deixou e ainda deixa a desejar, e, progressivamente foram acentuadas as desigualdades entre os sexos, especialmente, nos órgãos de soberania e noutras estruturas governamentais e, assim como nas estruturas privadas do país. Para Barros e Semedo (2013),

o mais intrigante é que, quando se compara o período de vigência do regime de partido único e o da democracia, tomada em consideração à representação das mulheres nos principais órgãos de decisão, denota-se de fato uma sub-representação das mulheres, quando se esperava o contrário, como é o caso do poder legislativo, ou seja, o parlamento, no qual se verifica uma grande disparidade entre a representação de homens face a das mulheres e sendo ainda que na legislatura que antecede a abertura política a representação das mulheres deputadas chegou a atingir vinte (20) por cento, mas caindo logo a seguir para nove (9) por cento e não voltando mais a esse número volvidos quase vinte anos após as primeiras eleições democráticas (BARROS; SEMEDO, 2013, p.41).

Os principais partidos e os atores políticos no concurso ao pleito eleitoral, nas primeiras eleições multipartidárias em 1994 e nas outras eleições subseqüentes apresentaram listas nas quais ficou e ainda fica patente a sub-representação das mulheres, fruto de uma prática de virilidade na luta pelo poder em benefício dos homens. Nas primeiras eleições multipartidárias no país participaram 15 partidos políticos, tendo uma candidatura feminina, Antonieta Rosa Gomes (BARROS; SEMEDO, 2013). A disposição do gênero feminino no contexto social da Guiné-Bissau está alicerçada a uma estrutura social patriarcal, a qual produz e reforça mecanismos discriminatórios que tanto estabelecem quanto justificam a primazia do homem em relação à mulher no cenário político guineense (BRITTO, 2018). Este sistema patriarcal é reproduzido por mecanismos culturais de valorização e de socialização que justificam a predominância do homem em relação à mulher e da exclusão das mulheres de determinado papel social considerado como exclusivo do homem. Entre estes instrumentos encontram-se os mitos, os estereótipos, as leis consuetudinárias e os rituais de passagem que levam a determinadas práticas sociais, geralmente em desfavor da mulher (SANTOS, 2014). Essas situações levam “a uma falta de políticas sensíveis a gênero – uma lacuna que pode contribuir,

dentre outros problemas, para a recorrência da violência, já que as mulheres são excluídas do processo político” (ABDENUR, 2017, s/p).

Para reverter a situação, vários movimentos de organizações feminina como, por exemplo, Rede de Mulheres Parlamentares, Plataforma Política das Mulheres (PPM), e dentre outros movimentos começaram a pressionar as estruturas políticas no país no sentido de integrar as discussões sobre o gênero na política de boa governança com a possibilidade de aumentar a participação das mulheres nas estruturas governamentais e parlamentares (PETI GOMES & CANDÉ MONTEIRO, 2020; BARROS & SEMEDO, 2013).

Vários destes movimentos não conseguiram alcançar os objetivos categoricamente, pois ainda continuam existindo as resistências de alguns homens que até em certo ponto pensam que as mulheres querem “roubar” o lugar dos homens. Em algumas situações, as mulheres são nomeadas para os lugares sociais (educação, saúde, solidariedade, família), o que segundo os autores representa uma (re)produção de uma visão estereotipada da extensão das ocupações domésticas das mulheres para o espaço público, ou seja, isso demonstra que em algumas circunstâncias as mulheres são ainda entendidas como aquelas que devem ocupar dos espaços ligados aos cuidados (PATRÍCIA GOMES, 2009 apud BARROS; SEMEDO, 2013).

De acordo com a constituição da Guiné-Bissau no seu artigo 24 e 25,

todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de raça, sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica; O homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural (CONSTITUIÇÃO G.BISSAU, 1996, p.6).

Na base disso, percebe-se que mesmo com abertura democrático conforme o estabelecido na carta magna do país, no que concerne à participação igualitária de todos e todas, a questão da igualdade e de representatividade deixa a desejar. Há uma falta de compromisso e diálogo político sério entre os atores políticos para melhor conduzir o país segundo as demandas da população bissau-guineense (ONCAMPO, 2017).

Mesmo com a dificuldade para a implementação das políticas sociais democratas durante o multipartidarismo, as lutas das mulheres continuaram no partido apesar de nem sempre favorável à sua presença e participação nas organizações políticas e nas instâncias do Estado. Na perspectiva de dar seguimento a uma abordagem a favor da condição feminina para além do discurso produzido, foi aprovada sob proposta da UDEMU, no decurso do IV Congresso extraordinário do P.A.I.G.C. em fevereiro de 2002, uma resolução que exigia a presença de pelo menos 25% de mulheres nos órgãos do partido e, eventualmente em lugares de destaque em nível das instituições do Estado.

Mas, mesmo assim, o partido continua até hoje a ser dominado por camada masculino (ONCAMPO, 2017, p.14).

O multipartidarismo significa adoção ao liberalismo político e, conseqüentemente, adoção ao modelo democrático. Neste sentido, A Guiné-Bissau adotou um modelo democrático participativo que tem como pressuposto a liberdade e a igualdade política de participação política dos cidadãos. Essa liberdade e igualdade no que diz respeito à participação feminina guineense durante o período multipartidário, parecem permanecer no sentido idealista, pois, na prática não se vê uma representatividade equitativa nos órgãos do país e nos lugares de tomada de decisões. Os pressupostos da igualdade transformam ainda mais em desigualdade no que concerne à participação política entre homens e mulheres desde as primeiras eleições multipartidárias em 1994 até 2021 (ONCAMPO, 2017).

Segundo Peti Gomes e Candé Monteiro (2020), depois do cenário de multipartidarismo entre 1994-1999 até às últimas eleições legislativas de 2018 e presidenciais de 2019, verifica-se uma grande disparidade representativa entre a dos homens face a das mulheres nos lugares públicos. Mesmo com a aprovação da lei a sua aplicabilidade ainda é um desafio nas esferas políticas na Guiné-Bissau. Salienta-se que, havendo uma melhoria em alguns aspectos, desde os dados apresentados nas últimas eleições legislativas para os cargos públicos, no qual ocupando cargos de destaque, “considera-se ainda a representação feminina nos diferentes níveis no país incompatível em termos populacionais” (PETI GOMES e CANDÉ MONTEIRO, 2020, p.157).

As mulheres guineenses são isoladas nos assuntos políticos antes e depois da abertura política até os dias atuais. Esta situação deve-se ao fato do pluralismo político ter-se pouco favorável à solidariedade feminina, de um lado; e, por outro, a inaplicabilidade de algumas leis que garantam uma certa percentagem das mulheres nos órgãos de tomada de decisões; a falta das informações por parte das mulheres sobre as possibilidades e oportunidades que a lei lhes oferece; a falta de confiança dos partidos nas mulheres em obter mais votos e/ou serem eleitas; o analfabetismo, a feminização da pobreza, o fracasso poder econômico das mulheres contribuem para colocar as mulheres nos lugares em que se encontram atualmente no país (PETI GOMES & CANDÉ MONTEIRO, 2020).

Dessa forma, as mulheres são afetadas de forma desigual pelas altas taxas de pobreza do país e o analfabetismo condicionado por vários fatores sociais e culturais, o que faz com que elas tenham um acesso severamente limitado aos espaços públicos e ao mercado de trabalho, restringindo a atuação das mesmas às atividades informais precárias que exploram a sua força de trabalho diariamente. Ademais, mulheres guineenses também são desproporcionalmente

vítimas de abusos de direitos humanos que incluem hostilidades na esfera trabalhista, o casamento precoce e forçado, violência doméstica, mutilação genital feminina, abusos, violência sexual e assédio sexual nos locais de trabalho e dentre outras práticas que põem em causa a saúde física e psicológica (ABDENUR, 2018; UNIOGBIS, 2016).

Conforme as leituras feitas, percebe-se que fica evidente o importante papel que as mulheres exerceram durante e após a luta de libertação e ainda hoje durante o impasse político-social e econômica que assola o país no seu todo. Todavia, elas permanecem sub-representadas no âmbito político e subjugadas em um ordenamento social marcado pelo patriarcado que ainda as colocam num lugar “subalterno”. Isso tanto dificulta a efetiva atuação dos grupos liderados por mulheres quanto impede que o país usufrua de políticas direcionadas à promoção da igualdade de gênero e da equidade de representatividade nos lugares de tomada de decisões. Ainda as mulheres continuam não recebendo o apoio de recurso suficiente para conseguirem transformar, de forma definitiva, o caráter conflituoso da política guineense (BRITTO, 2018).

A permanente invisibilidade a que estão sujeitas as mulheres no discurso, a negação sistemática da sua singularidade com efeitos nocivos na configuração da sua identidade e a sistemática limitação das oportunidades no acesso aos recursos necessários para que a mulher obtenha a igualdade de participação nas decisões, também se afiguraram como condicionantes desta prática;

nessa medida, para a definitiva superação da crise política na Guiné, é imprescindível aumentar a presença das mulheres nos âmbitos de tomada de decisão. Assim, será possível elaborar políticas públicas adequadas para as mulheres e direcionar maiores recursos para que as entidades lideradas por mulheres consigam ampliar sua atuação no processo de (re)construção da paz guineense, bem como sua participação no âmbito político e social (BRITTO, 2018, s/p).

Nesse sentido, há uma necessidade de incentivar a consolidação de políticas públicas visando a maior inserção e participação das mulheres em todas as esferas, com particular destaque para a política, uma área onde a participação da mulher é ainda pouco expressiva.

Deve-se ampliar e institucionalizar as leis de cotas. Promover o desenvolvimento de estudos sobre percursos da mulher na política, no sentido de saber se as mulheres participam efetivamente nos lugares de tomada de decisão. Com efeito, tem-se constatado que as mulheres mesmo que integrem as listas dos partidos durante as eleições, na prática, não possuem grande influências nos lugares de tomada de decisões. O fato de a mulher guineense ter tido, ao longo de séculos, menor acesso - do que os homens - aos rendimentos monetários, à educação formal, aos cargos da administração pública, à propriedade fundiária e ao capital comercial,

condicionaram as mulheres bissau-guineenses a procura das estratégias no sentido de alterar o quadro e propor a equidade.

7- METODOLOGIA

Considerando a proposta e com o objetivo do nosso trabalho optamos por método qualitativo de caráter exploratório, por ser mais adequado para o nosso trabalho. Os métodos qualitativos diferem com os quantitativos em termos de abordagens da(s) investigação (ões) nas pesquisas acadêmicas. A investigação qualitativa emprega diferentes arcabouços, mundivivências, possibilidades investigativas, métodos de coleta de dados/informações, análises dos resultados, diferentes concepções filosóficas, métodos de coleta, análise e interpretação dos dados. Embora os processos sejam similares, eles se diferem, os procedimentos qualitativos baseiam-se em dados de texto e imagem, experiências, concepções, etc., têm passos singulares na análise dos dados e se valem de diferentes estratégias de investigação para chegar ao resultado da pesquisa esperado (CRESWELL, 2010), ou seja, “a pesquisa qualitativa responde as questões particulares”. Trabalha com as questões que não podem ser mensuradas, trabalha mais com os significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes. Estes fenômenos não podem ser reduzidos, cabalmente, à operacionalização de dados estatísticos (MINAYO; DESLANDES, 1994).

Para a coleta dos dados, vamos usar a pesquisa bibliográfica. Assim sendo, far-se-á o levantamento dos textos como, por exemplo, livros, artigos, monografias, dissertações, teses e dentre outros textos de caráter bibliográfico. Estes textos nos ajudarão a compreender o estado da arte em que se encontram as discussões sobre o assunto. Para Gil (2008) e Marconi; Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído, principalmente de livros, revistas, pesquisas, monografias, teses e artigos científicos, objetivando colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito. A sua vantagem reside no fato de “permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2008, p.50). Após a leitura faremos as análises dos conteúdos para poder tirar as novas ilações, o que não significa que faremos a repetição do que os/as outros/as autores/as falaram sobre o assunto. As reflexões serão as bases das nossas discussões e a nossa fundamentação teórica.

Com isso, será realizada uma pesquisa na Guiné-Bissau na cidade de Bissau. A pesquisa de campo tem como o fito conseguir informações e/ou conhecimentos sobre um problema para o qual se procura uma resposta, no sentido de confirmar ou não a nossa hipótese, que se queira comprovar, refutar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles através de

um novo foco de análise (MARCONI; LAKATOS, 2003). A pesquisa de campo nos permitirá entrar em contato direto com as mulheres a serem entrevistadas. Nesse sentido, adotaremos a entrevista semiestruturada para permitir as nossas informantes falarem sem prender as nossas indagações iniciais.

Na entrevista semiestruturada, o informante tem toda a liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada a partir do seu ponto de vista e de acordo com as questões que são colocadas. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas numa conversação informal (MARCONI; LAKATOS, 2003). Com isso, pretende-se obter uma visão geral do problema pesquisado, bem como a “identificação de alguns aspectos da personalidade do entrevistado para poder compreender o assunto em análise” (GIL, 2008, p.50). concomitantemente à entrevista, faremos análises documental em diferentes instituições públicas e privadas no sentido de compreender em loco papel das mulheres que passam ou estão lá.

Outrossim, utilizaremos caderno de campo, celular e as câmeras para gravar as nossas entrevistas. As gravações serão feitas com as autorizações dos nossos informantes. Compreendendo que ainda não se sabe quando vai terminar a pandemia de Covid-19, faremos o uso dos métodos de distanciamento social recomendados pela Organização Mundial de Saúde e outras entidades que trabalham para evitar a propagação da doença. Após as respostas, faremos a transcrição das entrevistas, reflexões e análises sobre as respostas dadas, enquadrando-as segundo o nosso objetivo geral.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal. Quebrando o Gelo em Guiné Bissau: O papel das mulheres na Prevenção de Conflitos. **Instituto Igarapé**: 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3svwTWq>. Acesso: 18 de abri. de 2021.

ACHINGER, Gertrud. Efeitos do Programa de Ajustamento Estrutural sobre as condições econômicas e sociais das mulheres da zona rural. **Soronda**, Bissau, n. 14, jul. 1992.

ADESINA, Jimi. Práticas da Sociologia Africana: Lições de endogeneidade e género na academia. **CRUZ e SILVA, Teresa, COELHO, João Borges; SOUTO, Amélia Neves. Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas**, p. 195-210, 2012.

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombro: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Editora Garamond, 2007.

BARROS, Miguel; SEMEDO, Odete. A Participação das Mulheres na Política e na Tomada de Decisões na Guiné-Bissau. **Da consciência, percepção à prática política**. 2013.

BORGES, Maria Manuela. As mulheres em África: dinâmicas informais de socialização, educação, reprodução e inovação cultural. **Revista Educação em Questão**, v. 22, n. 8, p. 7-33, 2005. disponível em: <https://bit.ly/2OmcKV4> /acesso no dia 13 de mar. de 2021.

BRITTO, Maria Paula Cunha. “**Quebrando o gelo**”: A participação das mulheres no processo de manutenção da paz na Guiné Bissau. Puc Minas: 2018. Disponível em: <https://bit.ly/32qenV0>. Acesso: 18 abr. de 2021.

CABRAL, Amílcar. Partir da realidade do nosso país: **ser realista**. In: A arma da teoria. Lisboa: Seara Nova, 1976. v. 1: Unidade e luta.

CANDE MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné Portuguesa versus Guiné-Bissau: a luta da libertação nacional e o projeto de construção do estado guineense**. 2011

CAMARÁ, S. T. **Lumo – Estatuto, funcionamento e organizações dos Mercados Periódicos na Guiné-Bissau**: estudo de no lumo de Mafanco. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa: ISCTE-IUL, 2011.

CARVALHO, Ricardo Ossagô. Projeto de estado binacional: contexto político institucional de unidade e separação da Guiné Bissau e Cabo Verde. **Cadernos de África Contemporânea**, v. 3, n. 6, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/38igbmf>. Acesso: 20 de fev. de 2021.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Disponível em: <https://bit.ly/2QcWN4t>. Acesso: 21 de abr. de 2021.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: **métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. – 3. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2010.

DOMINGUES, Maria Manuela Abreu Borges. Estratégias femininas entre as badeiras de Bissau. Tese (doutorado em ANTROPOLOGIA CULTURAL E SOCIAL) - **Universidade Nova de Lisboa, FCSH**, 2000.

FERREIRA, Thuila Farias. **Africanas: gênero e feminismo em perspectiva afrocentrada**. Dissertação (mestrado em História); Programa Associado De Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

Gil, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GOMES, Patrícia Godinho. A Mulher guineense como sujeito e objecto do debate histórico contemporâneo: Excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes. **Africa Development**, v. 41, n. 3, p. 71-95, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3v0In76>. Acesso: 20 de fev. de 2021.

GOMES, Patrícia Godinho. A Mulher guineense como sujeito e objecto do debate histórico contemporâneo: Excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes1. **Africa Development**, v. 41, n. 3, p. 71-95, 2016.

GOMES, Patrícia Godinho. **As mulheres do sector informal**. Experiências da Guiné-Bissau. Africa. Puentes, conexiones e intercambios, p. 682-701, 2010b.

GOMES, Patrícia Godinho. **Os fundamentos de uma nova sociedade**. O PAIGC e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973). 2010a.

GOMES, Peti Mama. **Mulheres em associação na Guiné-Bissau: gênero e poder em Babock e Bontche**. Dissertação (mestrado em Antropologia), Programa Associado De Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Do Ceará Universidade Da Integração Internacional Da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019.

GOMES, Peti Mama; CANDE MONTEIRO, Artemisa Odila. Os desafios da lei de paridade na sua dimensão social e política: o caso das mulheres na Guiné-Bissau. **Cadernos de África Contemporânea**, v. 3, n. 6, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3rn2Twt> /acesso no dia 20 de fev. de 2020.

HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo [recurso eletrônico]: políticas arrebatadoras / bell hooks; tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

INSTITUTO DA MULHER E CRIANÇA (IMC). **Plano de Acção Nacional para a Implementação da Resolução 1325**. Bissau: IMC, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDES, Hipólito. Mindjeris di Guiné-Bissau tené balur. Monografia (Bacharel em Humanidades) – Instituto de humanidades, Universidade da Integração Internacional Afro-Brasileira: UNILAB, São Francisco do Conde, 2016.

MENDES, Livonildo Francisco. **Democracia na Guiné-Bissau: por uma mudança de mentalidades**. Dissertação (mestrado em Sociologia) - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Universidade de Coimbra, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 1994.

OKOME, Mojubàohú Olúfúnké. “What Women, Whose Development? A Critical Analysis of Reformist Feminist Evangelism on African Women” in Oyewumi, O., *African Women & Feminism*, African World Press: Trenton, 2003.

ONCAMPO, Locarine Udulciene Mendes. Participação das mulheres na política guineense: entraves durante o multipartidarismo (1991-2012). Monografia (Bacharel em Humanidades) – Instituto de humanidades, Universidade da Integração Internacional Afro-Brasileira: UNILAB, São Francisco do Conde, 2017.

OYÈWÚMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **CODESRIA Gender Series**, v. 1, p. 1-10, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2Ngr299> /. Acesso: 13 de mar. de 2021.

_____. **Introduction: Feminism, Sisterhood, and Other Foreign Relations**. p. 1-24. In: OYÈWÚMÍ, Oyèrónké (ed.). *African Women & Feminism: Reflecting On The Politics of Sisterhood*. Trenton; Amara: Africa World Press, Inc., 2003.

ABDENUR, Adriana Erthal. Quebrando o Gelo em Guiné Bissau: O papel das mulheres na Prevenção de Conflitos. **Instituto Igarapé**: 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3svwTWq>. Acesso: 18 de abri. de 2021.

SANTOS, Sara Isabel Palma. O papel das mulheres nos processos de (re)construção da paz. O caso da Guiné-Bissau. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus). escola das ciências sociais, departamento de economia. universidade de Évora, Évora: 2014.

SILVA, António E. Duarte. **Invenção e construção da Guiné-Bissau: administração colonial-nacionalismo-constitucionalismo**. Almedina, 2010.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas; TRICIA BATICAM, SANDRA. Movimento social africano de Fidjus Di bideras de Guiné-Bissau em espaços universitários. **World Tensions/Tensões Mundiais**, v. 16, n. 32, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3t1EVri> /. Acesso: 06 de abr. de 2021.

TELEGA-SOARES, Natalia. O Feminismo africano e o pensamento centrado nas mulheres. p. 32-46. In: “**E Ouviram-se as Vozes de Mulheres Africanas...**” O Feminismo Africano e a Escrita de Chimamanda Ngozi Adichie. Dissertação (Mestrado em Estudos sobre as Mulheres - Mulheres na Sociedade e na Cultura). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa: 2014.

UNIOGBIS. **Na Guiné-Bissau as mulheres é que garantem o sustento da família**. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3dygAnT> /Acesso em: 18 de abri. de 2021.

VAZ, Andresa. Papel das mulheres no enfrentamento à violência doméstica na guiné-bissau. Projeto de pesquisa (Bacharel em humanidades) – Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção, 2018.